

PJE NA VARA DE EXECUÇÕES FISCAIS DE MATO GROSSO – O PROGRESSO CONTINUA...

Senhoras e Senhores:

Ando devagar, mas nunca ando para trás.
Abraham Lincoln

Sim. A lógica do universo é a expansão. A história não volta. O tempo não para. A humanidade caminha com olhos voltados para o futuro. A evolução é inevitável... lenta ou rápida, ela é inevitável!

Todavia, quando se fala de tecnologia, os obstáculos a serem enfrentados parecem constituir-se em verdadeiros “muros de Berlim”! Não são necessariamente entraves de ordem técnica, mas sim de paradigmas que foram construídos ao longo dos tempos e que, de tão solidificados, insistem em não ceder ao terremoto da era digital – são os obstáculos construídos em nossa mente!

Por que falo isso? ... Porque há apenas alguns dias passei da casa dos quarenta anos e qualquer um que ultrapassou essa linha, certamente, ao se deparar com a tecnologia moderna, sente o peso do orgulho ferido: somos obrigados a reconhecer, afinal, que nesse campo da vida nossos netinhos sabem mais que nós!

Razão para recuar? De forma alguma: Desafios! É assim que devemos encarar a era digital: como um desafio para continuarmos aprendendo, porque o aprendizado é a única forma de transformar o ser humano em um ser eterno... Quando paramos de aprender, quando decidimos viver do passado, começamos a morrer.

Estamos aqui hoje, com a graça de Deus, dando continuidade a um projeto que começamos antes mesmo dos idos de 2013, quando o Colendo Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução n. 185/2013, que instituiu o sistema Processo Judicial Eletrônico - mais conhecido como **PJE** – como aquele que deverá ser utilizado para processamento de informações e prática de atos processuais por todos os Tribunais de médio porte do País, até o fim de 2017.

Então, não duvidem, meus diletos ouvintes: Aproxima-se o dia em que o Poder Judiciário de todo o País – e não poderíamos estar excluídos dessa grande jornada – estará funcionando 100% virtualmente!

A mim também é difícil acreditar. Mas vejam os senhores, hoje temos no Estado de Mato Grosso 23 unidades judiciais funcionando com o PJE.

A Vara Especializada de Execução Fiscal – comandada pelo dinamismo e serenidade da Doutora Adair Julieta – é a 24ª unidade judiciária estadual a entrar para a era digital. Nesta data temos o prazer de instalar o Sistema PJE nesta unidade de grandiosa importância para a jurisdição do Estado de Mato Grosso.

Todos sabem que o PJE tem como objetivo substituir a tramitação de autos em meio físico pelo meio eletrônico, trazendo indubitavelmente maior celeridade e qualidade na prestação jurisdicional. Trata-se de ferramenta que gerencia toda a tramitação dos processos, desde a proposição da ação até a sentença e arquivamento. O sistema foi concebido com a finalidade de ser utilizado nas áreas que dão suporte à área fim, bem como nas unidades cartorárias.

Posso citar como exemplo alguns dos produtos acessórios que estão em fase de desenvolvimento e que brevemente serão agregados ao PJE. Cito, **apenas a guisa de exemplo**, algumas ferramentas já em avançado estágio de construção:

- ✓ emissão e controle de guias judiciais eletrônicas;
- ✓ emissão de certidões negativas eletrônicas;
- ✓ sistema que propicia migração de dados do sistema PROJUDI para o PJE;
- ✓ sistema que propicia integração com a jurisprudência.

Destaco especialmente o desenvolvimento de ferramenta que possibilitará extração de dados estatísticos essenciais para que a Administração os utilize como **instrumento de gestão**. Hoje possuímos diversos relatórios estatísticos, mas que, por não estarem linkados entre si, acabam por não alcançar a utilidade desejada.

Este ano de 2015 é um ano de preparação, como podem perceber. Por isso a meta é de instalarmos o PJE em apenas mais 13 unidades judiciais, dentre elas esta que hoje priorizamos – a Vara Especializada de Execução Fiscal.

Especificamente em relação a esta Vara - de acordo com dados levantados pelo Dr. João Thiago Guerra, Juiz auxiliar da Presidência que nos acompanha nesta oportunidade - aproximadamente 40 mil processos físicos tramitam hoje nesta vara. Todavia, de acordo com informações advindas das Procuradorias do Estado e Município, ainda este ano serão distribuídas mais 40 mil ações. Só que agora em formato virtual!

Para se ter uma ideia da importância desta Vara de Execução Fiscal, conclui-se que nela se concentrará cerca de 10% de todo o estoque de processos em trâmite no Poder Judiciário de Mato Grosso.

Uma vez aqui implantado o PJE, será fatal a baixa de processos de nosso estoque, porque grande parte dele tramitará virtualmente e, conseqüentemente, de forma muito mais rápida, já que elimina uma série de etapas comuns no processo físico, que vão desde a montagem em si, com capa, carimbo, folhas, até a juntada de documentos. Com o PJE tudo isso é eliminado. Além de rapidez e melhor aproveitamento do tempo, o PJE gera também economia aos cofres do judiciário.

Pensem comigo, Senhoras e Senhores: um processo sem papel; cartórios construídos apenas para abrigar pessoas, sem

prateleiras e mais prateleiras de processos. Um judiciário sem a atual voracidade por espaço, destinado essencialmente ao arquivamento de papel. Obras menores, mais econômicas e racionais. Um futuro onde a tecnologia contribui não apenas com a celeridade na solução dos litígios, mas também com a economia de recursos públicos.

Obviamente - como muito bem lembrado pela eminente Juíza Adair Julieta quando ela e seus servidores estiveram em treinamento - nesse primeiro momento os dois formatos (físico e virtual) vão tramitar paralelamente. Mas a tendência é que a vara se torne 100% virtual à medida que os processos físicos forem sendo arquivados. Claro, a natureza não dá saltos... mas ela também não para.

Contudo, uma vez ultrapassada essa fase de implementação das ferramentas necessárias à expansão do Projeto, o ano de 2016 nos receberá cheio de expectativas! Pretendemos alcançar a arrojada meta de instalar o PJE em mais 150 unidades judiciais!

Essa quantia representa 51% das unidades judiciais que possuímos no Estado de Mato Grosso, abarcando tanto o primeiro quanto o segundo grau de jurisdição.

Se hoje já tramitam pelo PJE aproximadamente 13.000 processos, imaginem quando nossas metas forem alcançadas! Podem imaginar, Vossas Senhorias, a celeridade com que tramitarão os processos? Fará parte do passado a pecha que o Judiciário carrega de ser chamado de um Poder moroso, jurássico!

Posso, de forma rápida, citar ao menos dois grandes benefícios que serão alcançados com a implantação do PJE nesta Unidade Judiciária:

- 1) Ganhará o Poder Público – credor na relação judicial - porque as cobranças de recuperação de créditos, que serão processadas eletronicamente, serão revertidas de forma muito mais rápida para os projetos sociais tão necessárias, tais como a saúde e a educação. O retorno aos cofres públicos da parte que lhe corresponde dar-se-á de forma muito mais célere, ampliando a capacidade de crescimento do Estado.
- 2) Beneficiar-se-á o jurisdicionado devedor, que, muitas vezes, por encontrar-se em mora com o erário, acaba por ver diminuída sua autoestima. Ninguém gosta de carregar a pecha de mal pagador. Não é agradável nem mesmo ao cidadão mais pacato a ideia de ter o nome inscrito na dívida ativa. Será uma oportunidade de instituímos o **“Programa de Resgate à Cidadania Tributária”**. Os corretos poderão reaver o “bom nome”.

Por derradeiro, não posso deixar de consignar que confio totalmente no espírito aguerrido da Dra. Adair Julieta em conduzir esta unidade Judiciária de forma exemplar. Não tenho dúvidas de que alcançaremos os melhores resultados almejados. E assim afirmo porque tenho ciência de que a magistrada - atualmente exercendo a função de

Coordenadora do Núcleo Permanente de Conciliação do Poder Judiciário de Mato Grosso – está programando a realização de um **grande mutirão de conciliação** tanto de processos que já tramitam pela Vara, em torno de 40.000, quanto de executivos fiscais que ainda não foram judicializados, aproximadamente 20.000.

Essa grande empreitada está prevista para ocorrer em data de 13 a 24 do mês de julho na Arena Pantanal!

É o Judiciário de mato-grossense fazendo o seu melhor para conceder à sociedade a tão almejada prestação jurisdicional – célere e eficaz...

É o Judiciário mato-grossense trabalhando com visão moderna, futurista, que almeja a diminuição de judicialização de lides!

É o Judiciário mato-grossense derrubando obstáculos, desatando amarras, caminhando, de forma digna e na simplicidade, rumo ao futuro.

Muito obrigado pela presença de todos.